

**COMISSÃO: FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PROJETO DE LEI Nº 015/2019, DE 21/02/2019**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**Relator: Vereador DIONARDO MENDES DA CONCEIÇÃO**

**1. RELATÓRIO:**

Foi encaminhado a esta Comissão o Projeto de Lei nº 015/2019, de autoria do Poder Executivo com o objetivo de Reorganizar o Conselho Tutelar criado pela Lei nº 125/1990 e seu funcionamento; Fixar a renumeração dos Membros do Conselho Tutelar(art. 39 a 41 do projeto), revogando, por consequência a Lei nº 125/1990(art. 68 do projeto); Revogar os arts. 17 a 26 da Lei nº 125/1990(art. 69 do projeto) e Revogar as leis nºs 1177/2007 e 1200/2007(art. 70 do projeto).

O Sr. Prefeito Municipal justificou sua pretensão na Mensagem legislativa nº 015/2019(fl. 01/02) e no Ofício nº 155/2019(fl. 59/65).

A Assessoria Jurídica se pronunciou pela legalidade do Projeto, conforme parecer de fls. 24/31

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final se manifestou no sentido de que existe aptidão legal para a tramitação do projeto, uma vez que não existe óbice legal ou constitucional, conforme parecer de fls. 53/54.

A Comissão de Educação e Saúde se manifestou favoravelmente à tramitação do Projeto e, em atendimento ao pedido de alteração do Sr. Prefeito Municipal contido no Ofício nº 155/2019(fl. 59/65), apresentou EMENDA MODIFICATIVA.

O Sr. Prefeito Municipal, através do Ofício nº 348/2019 de fl. 89/90, apresentou pedido de alteração no Projeto.

## **2. MANIFESTAÇÃO E VOTO DO RELATOR:**

Após minuciosa análise, manifesto no sentido de que, conforme dito pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final(fl. 53/54), existe aptidão legal para a tramitação do Projeto em análise, uma vez que não há óbice legal ou constitucional, **bem como financeiro**.

Todavia, no mérito, após análise e discussão do Projeto e do pedido formulado pelo Sr. Prefeito Municipal no Ofício nº 348/2019 de fl. 89/90 com o demais membros desta Comissão, apresento **EMENDAS MODIFICATIVA e ADITIVA**, com o seguinte teor:

### **I. EMENDA MODIFICATIVA:**

a) O Capítulo VIII do Projeto de Lei nº 015/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO VIII  
DA REMUNERAÇÃO, DOS DIREITOS ASSEGURADOS AOS CONSELHEIROS  
TUTELARES E DA CARGA HORÁRIA”

### **II. EMENDA ADITIVA:**

a) Fica acrescido ao Projeto de Lei nº 015/2019, no CAPÍTULO VIII, a Seção III e o artigo 44 com a seguinte redação:

"Seção III  
Da carga horária

Art. 44. A carga horária de trabalho dos conselheiros tutelares é de 40(quarenta) horas semanais, excluído do cômputo o serviço prestado em plantão ou sobreaviso."


b) Os atuais artigos de números 44 a 72 ficam renumerados de 45 a 73.

**3. VOTO DA COMISSÃO:**

Portanto, quanto ao mérito, os membros desta Comissão emitem **PARECER FAVORÁVEL à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 015/2019 com as EMENDAS apresentadas pelo vereador relator**, uma vez que, como dito Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final(fls. 53/54), existe aptidão legal para a tramitação do Projeto em análise, uma vez que não há óbice legal ou constitucional, **bem como financeiro**.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 2019

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

  
**DIONARDO MENDES DA CONCEIÇÃO**  
Presidente e Relator

  
**MÁRCIO CLEI FERREIRA DO NASCIMENTO**  
Vice-Presidente

  
**ROSICLÉA HEINZEN COLOMBO**  
Membro